

Navegando nas práticas organizativas, educacionais e socioambientais do povo ribeirinho Amazônida: estratégia de resistência e existência

Edilson da Costa Albarado¹, Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos²

Resumo

O artigo trata das lutas dos povos ribeirinhos pela conservação e preservação da natureza nos seus territórios e objetiva analisar as práticas organizativas, educacionais e socioambientais do povo ribeirinho amazônida como estratégias de resistência e existência no território de origem. É um desdobramento da pesquisa de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas intitulada “O significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do Grupo Ambiental Natureza Viva - GRANAV junto as Comunidades Ribeirinhas do Município de Parintins, Amazonas”, que ocorreu de março de 2014 a maio de 2016 na região de várzea desse município. A pesquisa se orientou por uma abordagem qualitativa, com base na concepção dialética e sua intensa relação com as reflexões, análises e discussões acerca dos dados selecionados. Nos resultados obtidos é possível apontar que as práticas organizativas, educacionais e socioambientais contribuíram para o fortalecimento das políticas públicas em prol das condições ambientais, sociais, educacionais, culturais, territoriais e econômicas dos povos ribeirinhos da Amazônia. Importante ainda relatar o amplo processo de sensibilização por meio da educação popular que extrapolou os limites das comunidades envolvidas, fortalecendo as lutas socioambientais e a mobilização dos povos ribeirinhos em defesa da natureza viva, como estratégia de resistência e existência no seu território.

Palavras-chave

Práticas Organizativas. Povos ribeirinhos. Lutas Socioambientais. Natureza Viva. Povos Amazônidas.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará, Brasil; professor substituto da Universidade Federal do Amazonas, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ/UFPA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação no Ambiente Amazônico (GEPEAM/UFAM). E-mail: edilsonalbarado@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará, Brasil; professora da Universidade Federal do Amazonas, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ/UFPA). E-mail: meov06@yahoo.com.br.

Navigating organizational, educational and socio-environmental practices of the Amazonian riverside people: strategy of resistance and existence

Edilson da Costa Albarado³, Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos⁴

Abstract

The article is about the fight of the riverside peoples for the conservation and preservation of the natural resources of their territories and it aims at analyzing the organizational, educative, and socio-environmental practices of the Amazonian riverside people as strategies of resistance and existence in the origin territory. It is an unfolding of a master degree research in Society and Culture in the Amazon, of the Federal University of Amazonas entitled “The meaning of the practices of socio-environmental sustainability of the Living Nature Environmental Group - GRANAV along with the Riverside Communities of the Municipality of Parintins, State of Amazonas”, that occurred from March 2014 to May 2016 in the lowland region of this municipality. It was orientated by a qualitative approach, based on the dialectic conception and its intense relationship with the reflections, analyses, and discussions about the data collected. In the results obtained, it is possible to point out that the organizational, educational, and socio-environmental practices have contributed with the improvement of public policies towards the environmental, social, educational, cultural, territorial, and economic conditions of the riverside peoples of the Amazon. It is important to report the ample process of sensitization by means of the popular education which extrapolated the limits of the communities involved, empowering the socio-environmental fights and the mobilization of the riverside peoples in defense of the living nature, as strategy of resistance and existence in their territory.

Keywords

Organizational Practices. Riverside Peoples. Socio-environmental Fights. Living Nature. Amazonian Peoples.

³ PhD student in Education, Federal University of Pará, State of Pará, Brazil; substitute professor at the Federal University of Amazonas, State of Amazonas, Brazil; member of the Amazon Field Education Studies and Research Group (GEPERUAZ/UFPA) and the Amazon Environment Education Studies and Research Group (GEPEAM/UFAM). E-mail: edilsonalbarado@gmail.com.

⁴ PhD in Education, Federal University of Pará, State of Pará, Brazil; professor at the Federal University of Amazonas, State of Amazonas, Brazil; member of the Amazonian Field Education Research and Study Group (GEPERUAZ / UFPA). E-mail: meov06@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

No Estado do Amazonas, o movimento ribeirinho ocorre desde a década de 1960 e já mobilizou muitos amazônidas a resistirem para existirem nos territórios de origem, com estratégias de lutas coletivas e organizativas em prol da conservação e da preservação da natureza e de um viver bem construído por meio de bons conviveres com a natureza e com os semelhantes. Os ribeirinhos usam estratégias de manejo e de cuidado com as riquezas naturais das águas, das terras e das florestas; fazem acordos coletivos de pesca; manifestações culturais e religiosas; e vivem a solidariedade e o companheirismo em comunidade.

Pouca atenção tem sido dada às ações de resistência dos movimentos sociais originários das comunidades amazônidas. Essas ações nascem de necessidades básicas como a de existência nos territórios de origem e lançam mão de práticas diferenciadas como a educação popular, por meio da qual são capazes de internalizar o pertencimento e o reavivamento das identidades originais dos povos amazônidas, assim como de se apropriarem de outras culturas e conhecimentos como estratégia de resistência. Analisaremos as práticas organizativas, educacionais e socioambientais do povo ribeirinho amazônida como estratégias de resistência e existência no território de origem.

O texto navega pelo diálogo com as vivências e práticas de educação popular dos povos ribeirinhos da Amazônia, as estratégias de resistência utilizadas, assim como com as contribuições do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também dialoga com a educação escolar nas comunidades ribeirinhas, marcada pelo distanciamento entre currículo e realidade vivida nos territórios ribeirinhos, e com as práticas socioambientais sustentáveis das comunidades ribeirinhas no município de Parintins, Amazonas.

Procedimento metodológico

O estudo foi norteado pela abordagem qualitativa, que possibilitou uma ampla interação com os sujeitos e uma descrição detalhada do fenômeno estudado (FAZENDA, 2006), determinando com rigor e fidelidade os conceitos abordados. O método qualitativo proporcionou compreensão da totalidade do fenômeno estudado nas dimensões humanas e sociais (REIS, 2003).

O pressuposto teórico-metodológico ancorou-se na concepção dialética, que proporcionou uma postura crítica e manifestou o interesse transformador dos sujeitos participantes do estudo por meio da práxis (FAZENDA, 2006). Foi marcado por estudo de campo, com uso de entrevista e de observação participante. Ambas as técnicas possibilitaram captar dos sujeitos opiniões e interpretações com precisão sobre o problema investigado (GIL, 2007; LUDEK; ANDRÉ, 1986).

A análise e a discussão dos materiais caminharam tanto pela análise qualitativa com raízes no materialismo dialético, quanto pela análise da triangulação no tratamento das informações coletadas. A triangulação se deu por meio do marco teórico, da pesquisa de campo decorrente das entrevistas e observações *in loco* e da inferência dos pesquisadores pelo acúmulo e experiência adquirida no percurso da pesquisa e da vida acadêmica (TRIVIÑOS, 1987).

Navegando nas práticas organizativas do povo ribeirinho Amazônida

O povo ribeirinho do Amazonas e das Amazônias desenvolve diversas e complexas atividades socioambientais que se entrelaçam a múltiplos saberes e estabelecem um puxirum de relações socioambientais e de práticas organizativas, também, complexas. Por meio do GRANAV, criado na década de 1990, na Ilha Paraná de Parintins, no município de Parintins-AM, ocorre ampla mobilização dos(as) ribeirinhos(as) para continuarem com suas práxis de convivência com toda essa diversidade e complexidade de saberes, de viveres e de culturas, para agirem como protagonistas de relações de pertencimento às Amazônias (OLIVEIRA, 2003).

As práticas organizativas e socioambientais desse povo trazem implicações para os “processos de desenvolvimento social local, gerando mais capacidade de perceber problemas, pensar as consequências ambientais das escolhas coletivas e decidir sobre a qualidade de vida das populações” (CARVALHO, 2008, p. 157). Entende-se, então, que as experiências, os viveres e as práticas organizativas do GRANAV visibilizadas neste estudo, implicaram em mudanças socioambientais capazes de proporcionar sustentabilidade ao povo ribeirinho, como sua existência em seu território de origem.

O povo ribeirinho da Ilha Paraná de Parintins, no município de Parintins (AM), organizou-se em coletivos, promoveu reuniões, debates e formou grupos de ribeirinhos para atuarem em defesa do alimento e contra a pesca predatória nos lagos dessa ilha. O peixe é o principal alimento dos ribeirinhos. Por isso, conservar e proteger os lagos significa preservar a vida e garantir a existência no território de origem.

No início da luta do movimento ribeirinho não havia apoio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e nem da Promotoria de Justiça de Parintins. Por isso, eles tiveram de lutar, inclusive, contra a força repressiva da polícia e da própria Justiça para garantir a conservação e preservação dos lagos da Ilha Paraná de Parintins.

O GRANAV nasce nesse contexto, com o objetivo de “garantir a conservação do meio ambiente, preservar a biodiversidade e buscar qualidade de vida para a população ribeirinha”. O senhor Pedro Albuquerque, inquieto com a diminuição do tamanho do peixe e com a difícil captura desse alimento, dizia que não entendia o porquê de os pescadores, inclusive seus filhos, não conseguirem pegar peixe grande, como ele conseguia quando ia ao Lago do Comprido ou em outros lagos “as coisas estão ficando difíceis mesmo. Se nós não abrirmos os olhos, podemos ter um destino triste” (ALBUQUERQUE; LINS; ALBUQUERQUE, 2004, p. 12-13).

Diante dessa situação, os moradores mais experientes, na companhia dos mais jovens que viviam na Ilha Paraná de Parintins, tomaram a decisão de realizar vigílias nos lagos para impedir a depredação e a pesca predatória “os lagos foram mantidos sob vigilância de fiscais comunitários, em sistemas de rodízio, e os instrumentos de pesca passaram a ser rigidamente fiscalizados” (CHAVES, 2001). A vigília, conta o senhor Arinos Carvalho, “foi um meio que nós achamos para proteger o lago contra as invasões” (ALBUQUERQUE; LINS; ALBUQUERQUE, 2004, p. 15). Foi uma estratégia que impediu a depredação dos recursos pesqueiros. Outra estratégia utilizada foi a criação de acordos particulares de pesca, importantes no manejo desses recursos. Esses acordos estabeleceram regras para que os próprios comunitários também cuidassem dos lagos, garantindo preservação deles, inclusive dos considerados santuários, nos quais os peixes vão desovar e se reproduzir e que, por isso, requerem cuidado especial. “Os lagos de preservação ou ‘santuários’ são considerados intocáveis mesmo para os comunitários, por serem habitat de reprodução das espécies” (CHAVES, 2001, p. 103).

Com a criação do GRANAV, passou-se a contar com o apoio do IBAMA e da Promotoria de Justiça tanto na vigília, como nos acordos coletivos de pesca, que passaram a ter um caráter legal e a ser respeitados pelos invasores. Também, viabilizou-se a formação dos(as) ribeirinhos(as) como Agentes Ambientais Voluntários (AAV) credenciados, que passaram a representar o IBAMA na comunidade em que viviam, com poderes para constatar danos ambientais e levá-los ao conhecimento do IBAMA para as medidas cabíveis. A atuação

desses agentes coibiu muito a depredação dos lagos e o desmatamento das matas ciliares na Ilha e em outras comunidades, resultando no aumento da população de peixes nos lagos.

Com a formalização do GRANAV em 1992, ocorreu uma expansão das práticas organizativas da instituição por meio de apoio prestado a outras comunidades do município de Parintins-AM, como do Parananema, Macurany e Aninga, na sede do município. O GRANAV ajudou na organização desses(as) ribeirinhos(as) quanto ao impedimento da depredação dos lagos existentes no território ribeirinho, assim como, via instituição, pôde representá-los junto aos órgãos do governo e à sociedade civil.

O GRANAV, em parceria com o IBAMA, tem a aprovação do projeto “Terra e Água”, pelo ProVárzea/IBAMA, com financiamento do Programa Político de Proteção de Floresta Tropical Brasileira (PPG7)⁵, a instituição intensificou e ampliou suas práticas organizativas na ilha e também expandiu essas práticas para outras comunidades, fortalecendo as lutas das que estavam iniciando os trabalhos em defesa da natureza em Parintins-AM.

Seus objetivos foram criar alternativas de renda aos(as) ribeirinho(as) que viviam na Ilha Paraná de Parintins, por meio da apropriação de técnicas para a agricultura na várzea; melhorar o manejo dos lagos; incentivar a produção não agrícola e promover a conservação da biodiversidade (ALBUQUERQUE; LINS; ALBUQUERQUE, 2004, p. 79-80).

Navegando na relação da Igreja Católica com as organizações de ribeirinhos(as) no Amazonas

A Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra Regional do Amazonas e Roraima, teve papel muito importante no fortalecimento das lutas sociais e ambientais nesses Estados. De maneira pioneira, fortaleceu o movimento ribeirinho, promoveu encontros e cursos de formação com reflexões sobre a Constituição Federal e o fortalecimento de organizações de base em defesa da água, da terra e da floresta.

O GRANAV contou com apoio e acompanhamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) por muitos anos. Muitos membros fundadores do GRANAV eram membros da CPT local de

⁵O Programa surgiu em 1990, na Convenção de Houston, em prol da proteção das florestas tropicais brasileiras, e foi ratificado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro no Brasil. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/florestas/programa-para-a-prote%C3%A7%C3%A3o-das-florestas-tropicais.html>

Parintins e participaram de vários encontros de ribeirinhos(as) promovidos pela CPT Regional do Amazonas e Roraima.

Nos registros da CPT, relatados na tese de Spínola (1997), consta que Parintins sempre esteve presente nos encontros de ribeirinhos, desde 1987, conforme segue: IV Encontro de pescadores ribeirinhos, em 1987; V Encontro de Pescadores, em 1988; VI Encontro de pescadores ribeirinhos, em 1989; VII Encontro de Ribeirinhos e pescadores, em 1990; VIII Encontro Estadual de Ribeirinhos, em 1991; IX Assembleia Regional dos Ribeirinhos, em 1992; X Encontro Regional de Ribeirinhos em busca da reforma aquática, em 1993; XI Encontro dos Ribeirinhos da CPT AM/RR, em 1994; e 12º Encontro dos Ribeirinhos da CPT AM, em 1996.

Esses encontros ocorreram na cidade de Manaus (AM) com apoio da CPT/AM. O município de Parintins tinha seus representantes, entre os quais estavam os ribeirinhos da Ilha Paraná de Parintins, que participaram de encontros, de vários cursos de capacitação e tomaram a iniciativa de criar uma Organização Não Governamental (ONG), o GRANAV, para organizar as lutas em defesa da preservação dos lagos que existem na ilha.

A criação desse grupo ambiental foi impulsionada pelo envolvimento dos ribeirinhos nas ações da CPT, mas também pela onda de criação de ONGs na década de 1990, em razão das mobilizações e dos debates em preparação para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que se realizou no Rio de Janeiro, algo confirmado pelo relato do entrevistado abaixo.

As atividades eram os cursos de capacitação em Manaus, curso de ribeirinho, curso de animador, eram vários cursos de formação jurídica e de lideranças daquelas comunidades, daquela região, dessa região toda. E a CPT, ela tinha, assim, ações em vários municípios, então, geralmente, os encontros eram na localidade e depois deles eram feitos encontros estaduais. [...] A gente da Comissão Pastoral da Terra de área, a partir disso, se amadureceu a ideia de se criar o GRANAV, uma entidade exclusiva, uma ONG exclusiva. Nessa época, também, tinha uma onda mundial de formação das ONGs, de financiamento pra proteção da Amazônia. Então, foi muito importante à presença da CPT e nessa onda de criação das ONGs que financiavam instituições no Brasil, na Europa, na França e no Canadá, na Alemanha, também achamos importante que, através do GRANAV, nós poderíamos captar recursos, né? Captar recursos para fazer as nossas ações. (ENTREVISTADO⁶ 4, 2015).

⁶Os sujeitos entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando o uso das informações para fins da pesquisa e posterior publicação, sem a divulgação da sua identidade.

Nessa época, também, no Brasil, estavam ocorrendo debates em torno das questões ambientais em preparação à Conferência do Rio 92 e a Amazônia estava no foco desses debates. No Estado do Amazonas eram registrados muitos conflitos entre ribeirinhos e pescadores comerciais, como o que ocorreu na Ilha Paraná de Parintins (SPÍNOLA, 1997).

A CPT dava assessoria e apoio a esses movimentos e proporcionou no caso dos membros do GRANAV a participação em diversos debates, encontros, sobre essas questões e, inclusive na discussão para a elaboração da Constituição do Estado do Amazonas. Nessa época, a linha progressista da Diocese de Parintins (AM) apoiava às lutas e os trabalhos sociais e ambientais desenvolvidos pelo GRANAV.

A igreja local, do município de Parintins, por meio da CPT foi fundamental para o fortalecimento e divulgação das ações do grupo, como é relatado na entrevista que segue.

a única instituição que apoiava a gente era a Igreja [...] através da Comissão Pastoral da Terra, que tinha um projeto de financiamento, que nós tínhamos um advogado naquela época contratado através da Comissão de Defesa de Direitos Humanos. (ENTREVISTADO 4, 2015).

No contexto atual, a Igreja Católica local não tem apoiado nem acompanhado as questões sociais e ambientais nas comunidades eclesiais, inclusive, com a extinção da CPT/Parintins como órgão da Diocese, fragilizando as lutas sociais das comunidades. Esse apoio era dado em função da linha progressista fundada na Teologia da Libertação que unia fé e vida, fé e política, e orientava os católicos a uma leitura crítica da realidade, por meio do *Ver, Julgar e Agir* dentro do contexto religioso e da vida social.

Navegando na educação do banzeiro⁷ do Paraná de Parintins

A educação escolar sempre foi desafio nas áreas de várzea, por conta das grandes enchentes e secas, de um sistema escolar rígido que nem sempre considera a dinâmica em que vivem as comunidades ribeirinhas, o deslocamento dos estudantes, enfim, são muitos os desafios. Se na cidade já é perceptível o quanto a escolarização é precária, imagine nesses territórios de várzea e terra-firme nas Amazônias.

A Ilha Paraná de Parintins é marcada pelo típico fenômeno da cheia que ocorre de dezembro a julho e da seca que ocorre de agosto a novembro, e os povos das Amazônias aprenderam a

⁷ Sucessão de ondas provocadas pela passagem da pororoca ou de uma embarcação, no rio, conforme Mini Dicionário Aurélio.

conviver com esse fenômeno natural. As experiências decorrentes desses fenômenos exigem calendário diferenciado, atenção aos deslocamentos das crianças e aos processos de deslocamentos dos adultos para áreas de terra-firme, quando as cheias são grandes.

A alternativa encontrada pelo GRANAV foi construir um flutuante (casa de madeira construída sobre toras de árvores que flutuam na superfície da água, e pode ser deslocada de um lugar para outro pelo rio), para atender à necessidade de formação dos membros do GRANAV quanto ao ensino escolar e o ensino de educação popular. O flutuante, denominado pelos(as) ribeirinhos(as) de “Casa do Saber Popular”, ficou ancorado na comunidade do Menino de Deus, às margens do Paraná de Parintins, com estrutura apropriada para se deslocar pelo Paraná, quando fosse necessário levá-lo para comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A construção do flutuante foi possível graças ao Projeto Terra Água, com financiamento do ProVárzea/IBAMA (DUTRA, 2005).

A “Casa do Saber Popular” foi um espaço em que ocorreram cursos, oficinas, formação de liderança e reuniões. Também foi onde funcionou o Ensino Fundamental, por meio de Telecurso, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As escolas situadas na ilha atendiam aos(as) ribeirinhos(as) apenas na primeira etapa do Ensino Fundamental, ou seja, até o 5º ano (DUTRA, 2005). Essa casa foi o espaço onde muitos(as) ribeirinhos(as) estudaram e depois puderam dar prosseguimento aos estudos na cidade ou no Assentamento Vila Amazônia.

Como resultado disso, registra-se que há jovens com ensino superior nos cursos de Tecnólogo em Agroecologia e Tecnólogo em Gestão Ambiental, que retornaram para a comunidade de origem, a Ilha Paraná de Parintins, como é relatado abaixo na entrevista.

a preparação das lideranças que hoje estão contribuindo com a comunidade foi um passo importante, [...] era uma preocupação nossa, a formação, a capacitação e a educação [...]. Na época não existia o Ensino Fundamental completo, através da EJA. Reivindicamos para a SEMED, conseguimos [...] o Ensino Médio aqui para a região do laguinho, pra Valéria, no Paraná de Parintins [...] foi interessante, porque nós colocamos à disposição uma estrutura que a gente tinha, que era a Casa do Saber Popular. Uma estrutura flutuante com sala de aula, com todos os equipamentos. Colocamos à disposição da SEMED pra que funcionasse a escola ali de Ensino Fundamental, e um outro resultado importante nesse processo de educação foi a formação em nível superior de alguns membros do grupo. A estratégia era que a gente pudesse ter a formação superior e pudesse depois voltar pra cá, pra base do grupo e poder contribuir com sua organização [...]. Isso como estratégias de fortalecimento da organização e a gente percebe que isso tem dado resultado. (ENTREVISTADO 2, 2015).

Para o funcionamento da escola flutuante foi necessário formalizar parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A comunidade disponibilizou o espaço para funcionar uma sala de aula para atender as comunidades ribeirinhas. Na parceria, segundo DUTRA, 2005, o GRANAV sediaria a “Casa do Saber Popular” e ainda seria responsável pelo transporte dos ribeirinhos até a escola, já a SEMED cederia um professor, material didático e combustível para o motor de luz e para transportar os estudantes. “A Casa do Saber Popular, que é um flutuante, que tinha um ambiente ali para a formação, para a formação do grupo, que foi disponibilizado para a formação educacional” (ENTREVISTADO 15, 2015).

Nessa parceria, a SEMED foi quem mais usou o flutuante. Depois de certo tempo e sem recursos para manutenção, o GRANAV acabou abandonando o flutuante. Nesse momento, também finda o Projeto Terra e Água, e, sem outras parcerias para captar recursos, a “Casa do Saber Popular” foi desativada, mas permanece no porto da comunidade.

Os membros do GRANAV foram alfabetizados e cursaram as séries iniciais do Ensino Fundamental no flutuante, um espaço que contribuiu para a formação de lideranças, treinamentos, oficinas e para o fortalecimento da luta dos(as) ribeirinhos(as) na ilha.

No início, o processo de ensino na “Casa do Saber Popular” reproduzia o livro didático correspondente ao funcionamento de cada série. A SEMED apenas enviava o professor para ministrar as aulas, mas não dava formação e nem apoio. Logo, havia muita desistência (DUTRA, 2005). Com a formalização da parceria, o professor foi escolhido pelo GRANAV e era oriundo da própria localidade. Isso facilitou o envolvimento do professor com os comunitários, trazendo também os conhecimentos dos(as) ribeirinhos(as) e dos membros do GRANAV para a sala de aula. Havia ali uma socialização de saberes e, conseqüentemente, a aprendizagem. A reivindicação do grupo era de que o professor que fosse atuar na escola tivesse uma relação orgânica com a comunidade. Isso possibilitou uma interação dos conteúdos escolares com os saberes do trabalho dos(as) ribeirinhos(as), como é relatado pelo Entrevistado 15 (2015) na citação que segue.

No início de 2005, eu fui convidado [pela SEMED], [...] atendendo um pedido dos nossos colegas do GRANAV. [...] eles pediram naquele momento um profissional que se identificasse com aquela região e com a preservação e conservação, e, como eu era oriundo daquela região, toda a minha família, inclusive ainda mora ali, eu fui convidado [...] nós fizemos com os nossos alunos, da turma multiseriada pela manhã [...] uma horta em forma de espiral [ensinado por membro do GRANAV], ele ensinou eles a cuidarem dessa horta, como é que funcionava, o porquê daquela formatação[...] não há um desperdício, há uma organização, há uma melhor estrutura, por isso melhores resultados.

O GRANAV foi responsável por muitas conquistas para os(as) ribeirinhos(as) da Ilha Paraná de Parintins e para as comunidades do Assentamento Vila Amazônia no que tange a formação escolar e a educação popular. Atualmente, além da EJA, as comunidades da ilha contam com Ensino Fundamental e Médio Presencial com Mediação Tecnológica. Este último, só funciona na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Nas comunidades antes só havia os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental (antigo primário), mas o GRANAV conseguiu a EJA, e foi nessa modalidade que os membros do grupo e outros comunitários da Ilha Paraná de Parintins e de comunidades vizinhas foram alfabetizados, concluíram o Fundamental e outros, o Ensino Médio. Mas houve aqueles que não conseguiram seguir nos estudos, como esse sujeito da pesquisa relata no seu depoimento.

através do GRANAV veio a EJA, que foi que eu estudei [...], teve aluno que continuou [...] essas pessoas já estão formadas. Depois veio o Tecnológico que atende outra turma que já são formados. Tem o 3º ano completo, só que eu [...] não continuei mais. (ENTREVISTADO 7, 2016).

Por meio das reivindicações do GRANAV, as conquistas na área da educação foram expandidas para comunidades do Assentamento Vila Amazônia, onde o grupo tinha atuação.

Para Sachs (2004), a educação traz ao povo consciência, desperta a cultura e os leva a compreender que têm direitos e a criarem instrumentos para exigir acesso a eles. Portanto, a educação é um dos caminhos promissores e eficazes para alcançar um desenvolvimento incluyente e sustentável ambientalmente, socialmente e economicamente, “pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima (SACHS, 2004, p. 39).

Na área de terra-firme, uma das escolas, conquistada por meio de reivindicação do GRANAV e das lideranças das comunidades do Laguinho, tem o nome de um dos fundadores do Grupo, o senhor Fernando Rocha Carvalho:

aqui na região do Laguinho, na Escola Municipal Fernando Carvalho, hoje funciona o Ensino Médio [Presencial com Mediação Tecnológica] é luta do GRANAV, foi reivindicação do GRANAV [...], se você for olhar hoje na nossa região aqui, a região da Valéria, região do Paraná de Parintins, as pessoas que fizeram faculdade, que estão trabalhando como professores, são pessoas oriundas exatamente da base do GRANAV. Quer dizer, conseguiu aquela influência educacional lá dentro. Influência educacional que eu digo, dos movimentos populares, de fazer parte da vida da comunidade, de fazer parte da política do município, da política da comunidade. Isso contribuiu

para que as pessoas fossem cada vez mais estudando, fazendo faculdade. (ENTREVISTADO 3, 2015).

O Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica⁸, projeto criado em 2007 pelo Governo do Estado do Amazonas, é desenvolvido pelo Centro de Mídias do Estado do Amazonas para encurtar distância e levar educação aos lugares longínquos do maior estado brasileiro. É a realidade da educação em algumas comunidades de várzea e terra-firme no município de Parintins, por insistência e reivindicação do GRANAV, com apoio das comunidades. A educação, tanto popular quanto escolar, contribuiu para melhorar a vida de muitos jovens, incentivando-os a prosseguir nos estudos e concluir uma faculdade. Hoje, alguns atuam como professores nas comunidades ou como técnicos ambientais e tecnólogos em agroecologia junto aos produtores familiares.

A luta continua, não mais só por escolas ou por níveis de ensino no campo, mas agora é pela qualidade da educação por meio de um currículo escolar que dialogue com a realidade e os saberes do povo do campo, pois os líderes comunitários têm percebido que, apesar de já haver muitos jovens formados no Ensino Médio, não houve mudanças nas comunidades com o envolvimento dessa juventude junto às questões sociais, ambientais, educacionais, culturais e políticas. Preocupados, eles estão se mobilizando para debater sobre a educação no campo que desejam para os seus filhos, “nós entendemos que não, não precisamos avançar no nível de educação, mas nós precisamos ter uma educação que esteja conectada com a nossa realidade, porque a que a gente está tendo lá, não está servindo para nós” (ALBUQUERQUE, 2015)⁹.

A educação que está nas escolas do campo, na várzea e na terra-firme, no município de Parintins (AM) atua mais como uma instância reguladora do Estado, servindo aos interesses externos, mercadológicos e vinculada a valores e normas da classe dominante. Uma educação que tem estimulado a competição, o individualismo, uma formação a serviço do mercado de trabalho. É preciso transgredir essa lógica, em que o ensino escolar no campo conduza os sujeitos sociais e históricos do campo à transformação de sua realidade, considerando os contextos e vocações locais. A escola pode ser condutora desse processo quando esses sujeitos se apropriarem dela para manter vivo os seus conviveres com o outro, com as águas, com as terras e com as florestas, pois é essa relação que tem garantido a resistência e existência dos povos amazônidas por tanto tempo na Amazônia.

⁸Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/centro-de-midias-de-educacao-do-amazonas/>.

⁹Palestra proferida por Eraldo Albuquerque no II Seminário Internacional de Questões socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus-AM, em dezembro de 2015.

Navegando nas práticas organizativas e socioambientais de comunidades ribeirinhas em Parintins-AM

Assim como muitos movimentos protagonizados pelos povos da Amazônia brasileira, o GRANAV, no município de Parintins (AM), tem sido uma experiência deste protagonismo na construção da identidade socioambiental nas comunidades ribeirinhas, ao longo de mais de três décadas atuando junto às comunidades ribeirinhas da Ilha Paraná de Parintins.

O GRANAV é formado por sujeitos sociais e históricos, com identidade de base comunitária. Ele tem protagonizado práticas organizativas e socioambientais, valorizando os saberes locais e o modo de vida do povo amazônida, buscando criar alternativas possíveis para que este povo permaneça nos territórios de origem e possam manter seus bons conviveres com o outro e com a natureza, segundo os próprios princípios. Um exemplo desses conviveres é a prática de manejo de quelônios, iniciado na comunidade de Murituba, em 1999, no município de Parintins (AM), por um agente ambiental voluntário e membro do GRANAV. Essa prática se tornou mais sistemática a partir da troca de experiência com o Projeto Pé-de-Pincha, implantado no município de Terra Santa, no Estado do Pará.

A gente criou na comunidade do Marituba a primeira soltura de quelônios. Foi idealizado pelo GRANAV, quer dizer, criar os tracajazinhos dentro dos tanquezinhos [...]. Então, foi a primeira ação do GRANAV junto às comunidades [...], que a gente tinha lições lá de Terra Santa [Pará]. A gente tinha visto lá a criação. Então, foi trazido pra mostrar como era feito [...], fizemos a primeira soltura [...], deu certo e depois da soltura, nós partimos pra preservação do lago do Murituba, a comunidade da Valéria já pegou a soltura de quelônios e foi expandindo para outras comunidades [...] (ENTREVISTADO 1, 2015).

Essa é uma prática de conservação e repovoamento de quelônios que conta com apoio dos comunitários e do Programa Pé-de-Pincha da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ela ocorre em várias comunidades como “o Parintinzinho e a comunidade de Murituba, eles fazem a preservação de tracajás” (ENTREVISTADO 6, 2016). Essa prática ainda continua nessas e em muitas outras comunidades no município de Parintins.

As comunidades Santa Maria do Murituba e mais cinco comunidades da área da Valéria, no início dos trabalhos de manejo dos quelônios e manejo de lagos, foram as que se destacaram. Isso tomou uma dimensão muito grande e serviu de exemplo para muitas outras comunidades. Inclusive, quando enfraqueceu esse trabalho, principalmente nessa área da Valéria, outras comunidades se destacaram, e hoje elas são referência no município. Um exemplo é a comunidade do Parintinzinho, local onde essa prática contagiou a comunidade e tem dados bons frutos, assim como tem incentivado outras comunidades a seguirem seu exemplo.

No início do manejo de quelônios em Parintins (AM), a técnica que utilizavam era o próprio conhecimento tradicional que os(as) ribeirinhos(as) possuíam. Depois houve a criação do Programa Pé-de-Pincha pela Universidade Federal do Amazonas, inspirado na experiência do município de Terra Santa-PA. Segundo o Entrevistado 16 (2015), alguns membros do GRANAV, contando na época com o apoio do IBAMA local, tomaram contato com essa experiência *in loco*, o que contribuiu com o fortalecimento das ações de manejo de quelônio em Parintins, por meio da incorporação de técnicas ao saber popular.

Outro exemplo de socialização da experiência do GRANAV ocorreu na comunidade São Paulo, na Valéria. Os comunitários não tinham preocupação com os recursos naturais existentes na comunidade. Havia muita derrubada de florestas e queimadas para fazer pasto, bem como a captura de animais silvestres para uso como atrativo turístico. A Valéria é uma área com potencial turístico, em função das belezas naturais, sítios arqueológicos e a confecção de artesanatos. Para chamar atenção dos turistas, os comunitários capturavam animais silvestres (papagaios, macacos, jacarés, preguiças, dentre outros) para exposição no dia da visita de turistas à comunidade. Depois de um intenso trabalho de sensibilização do GRANAV junto aos comunitários essa prática foi reduzida, mas ainda há pessoas praticando. Segundo o Entrevistado 16 (2015),

houve uma discussão grande na Valéria [...] era uma verdadeira loucura de navio turista que parava lá e eles prendiam [animais], começou uma ação interventiva do GRANAV em cima da Valéria [Comunidade de São Paulo], por exemplo, eles amarravam jacaré, passava o navio, tinha temporada, janeiro, fevereiro [...] mas se eles pegassem um jacaré, por exemplo [julho], o navio ia passar em dezembro [...] eles deixavam amarrado [...], eu cheguei a ver isso. Eles matavam [...] pro turista tirar foto, eles cobravam um dólar, coisas terríveis tudo amarrado lá, papagaio, periquito, tudo preso, a atração era trazer os bichos. Foi quando o GRANAV [...] interferiu, o IBAMA interferiu.

O GRANAV promoveu cursos de artesanatos para os comunitários de São Paulo na Valéria que tem um número considerado de artesãs, mas que precisavam melhorar os produtos para comercializar aos turistas. Na comunidade, o GRANAV assessorou a fundação, em 2003, da Associação dos Artesãos de São Paulo - ARTESAMPA. A associação vem organizando e orientando os comunitários para receberem bem os turistas e ganharem um pouco de dinheiro para ajudar na renda familiar. Dentre as atividades oferecidas aos turistas estão: passeio de canoa, caminhada pela floresta, apresentação e comercialização de uma variedade de artesanatos locais. A comunidade de São Paulo da Valéria recebe, em média, uma frota de sete navios transatlânticos por ano, até hoje.

Navegando nas práticas econômicas das comunidades ribeirinhas da Ilha do Paraná de Parintins-AM

As comunidades da Ilha do Paraná de Parintins, a partir da década de 1990, sofreram uma baixa em seus habitantes em razão do deslocamento para a cidade e/ou para a terra-firme. Os problemas que levavam a esse deslocamento estavam relacionados com as grandes enchentes que destruíam as plantações. Como a luta dos(as) ribeirinhos(as) era para garantir o alimento à sua família, não houve, no início, uma preocupação com uma alternativa econômica. Eles queriam mesmo era conservar os lagos para não faltar o seu principal alimento, o peixe.

O fato de não haver um projeto econômico duradouro para os(as) ribeirinhos(as) deixou muitos(as) jovens sem possibilidade de permanecerem na localidade, principalmente depois de constituírem família. Isso aumentou a procura por mais alimento e a fonte começou a ficar escassa. A produção era mínima e o pouco que se cultivava era levado pelas cheias, situação que levou muitas famílias a mudarem da ilha: uns para terra-firme, outros para a cidade de Parintins e outros para a capital do estado do Amazonas.

Por exemplo, as comunidades de várzea; muitas pessoas deixaram de morar na comunidade de várzea, não foi porque quis deixar, eu vou sair, mas foi por uma questão até de necessidade. Porque a várzea, o próprio sistema ambiental vai meio expulsando as pessoas do setor de várzea, não dar mais tempo de você plantar muita coisa, então você tem que buscar, buscar um novo. Essa foi uma das causas. (ENTREVISTADO 3, 2015).

Os(as) ribeirinhos(as) que formam o GRANAV não eram contra a pesca para a subsistência, mas eram interpretados como contrários à atividade, seus propósitos eram e ainda são garantir o estoque de peixe, não deixar que desapareçam, pois esta ainda é a principal fonte de alimento dos ribeirinhos da Ilha Paraná de Parintins e arredores, assim como uma fonte para a complementação da renda familiar. Porém, o local sofreu depredação depois que a juta acabou, pois o pescado passou a ser a única fonte de renda vista pelos ribeirinhos para continuarem existindo no seu território.

A estratégia encontrada pelo GRANAV foi mostrar a existência de outras alternativas de renda que fossem menos predadoras da natureza e menos sacrificantes para os ribeirinhos que viviam da pesca. À medida que os(as) ribeirinhos(as) passaram a dedicar mais tempo à agricultura e ao extrativismo, sobrou menos tempo para a pesca (MAYBURY-LIWIS, 1997) com isso houve uma diminuição da pressão sobre os recursos pesqueiros nos lagos da ilha.

criar alternativas que era a agricultura de subsistência e lá no Paraná de Parintins tem algumas pessoas que vivem. Mostrar pra as pessoas que a gente plantando várias culturas na várzea ela dava mais dinheiro [...] do que viver da pesca. E, essa pesca tinha uma situação, quem vive da pesca passa a noite no lago, pegando frio, pegando chuva, pegando sol, fuma e bebe e se arriscando ser mordido por um jacaré, por uma cobra, picado por uma arraia e fica longe da família ainda [...] Então, mostrando que na agricultura, tinha a participação dos filhos, da mulher e as crianças estavam próximo do pai, da mãe, e se alimentando com a qualidade [...] da própria agricultura orgânica, sem agrotóxicos e depois a alternativa era a criação de abelha sem ferrão. As pessoas têm mais de 500 colmeias de abelha, só lá (ENTREVISTADO 4, 2015).

A sensibilização feita pelo GRANAV, mostrando que agricultura poderia contribuir tanto para melhorar a vida dos(as) ribeirinhos(as), envolvendo todos os membros da família, e não só a do pai, como ocorre na pescaria, sem falar no tempo que ele deveria ficar longe da família e outras situações que relatou o Entrevistado 4, foram relevantes para a inserção de outras atividades, além da pesca, como a agricultura e o extrativismo.

Veja uma questão interessante que influenciou os membros do GRANAV. Alguns anos atrás a área rural, o setor de várzea tinha duas produção só: o pescado e a juta. Nós temos na várzea uma terra muito fértil e o ribeirinho que morava lá não sabia aproveitar, não tinha influência de plantar a hortaliça, de trabalhar na hortaliça, na melancia e outras culturas que são rápidas, exatamente, próprias da várzea. Com a questão da atuação do GRANAV desse projeto, as pessoas passaram a ter outra consciência, a trabalhar na hortaliça, de plantar a melancia, de cultivar pequenas culturas que, exatamente, é de curto prazo. (ENTREVISTADO 3, 2015).

A inserção da agricultura na Ilha Paraná de Parintins melhorou muito a vida dos ribeirinhos, que passaram a cultivar uma variedade de cultura que se tornou a principal fonte de renda e diminuiu a pressão sobre os lagos, que passaram a ser fontes de alimento e não mais de exploração para a comercialização.

Um desenvolvimento com sustentabilidade envolve a agricultura, que representa um trabalho humano significativo e ecologicamente correto. A agricultura familiar tem muito a oferecer para essa sustentabilidade. É um método regenerativo e também ecológico, “se conseguirmos afastarmo-nos progressivamente do latifúndio, em direção a uma agricultura mais camponesa que, nem por isso, precisa ser primitiva, podemos aproveitar as técnicas e maquinários mais modernas” (LUTZENBERGER, 2012, p. 116). Toda a sociedade ganha.

Os(as) ribeirinhos(as) da Ilha Paraná de Parintins têm procurado seguir esse caminho, mas eles(as) precisam de incentivos financeiros e assistência técnica, como relata o Entrevistado 8 (2016), conforme a citação abaixo.

A vida nossa aqui na comunidade é uma vida precária [...]. Mas a gente vai sobrevivendo, vive do nosso trabalho, trabalho pouco, nós não temos recursos, ninguém tem recursos. Nós trabalhamos por conta própria, nós plantamos um milho, uma melancia, um feijão, um jerimum. E, através disso, além da alimentação a gente vende um pouquinho pra comprar o alimento, a outra alimentação da gente que é arroz, macarrão, açúcar, café é nessas coisas. A gente vai levando devagar.

Essa variedade de produção agrícola familiar, aliada às práticas de extração florestal, da própria pesca, da caça, da pecuária de pequeno porte, da criação de pequenos animais e produção de mel. Segundo Toledo e Barreto-Bassols (2015), isso protege as famílias das crises econômicas e de fenômenos naturais.

Essa é uma realidade dos ribeirinhos da Ilha Paraná de Parintins, que aprenderam a conviver com o fenômeno natural da cheia e da seca dos rios das Amazônias, por isso cultivam uma diversidade de produtos. Segundo Lutzenberger (2012), uma economia constituída por uma diversidade de produtos, consegue garantir a subsistência local de uma comunidade e o excedente pode ser vendido, como relatou o ribeirinho na citação acima.

Esse estilo de vida dos(as) ribeirinhos(as) da Amazônia brasileira tem proporcionado uma vida sustentável ambientalmente e socialmente, confirmada por estudos anteriores, como o de Maybury-Lewis (1997, p. 37), que ressalta:

Até muito recentemente os ribeirinhos conseguiram viver com uma certa prosperidade rústica: pobres, mas longe de serem miseráveis. São agricultores de subsistência que produzem em regime familiar, e que vendem seu excedente para terceiros. Seus sítios ocupam as beiras dos rios da região. Assim, os ribeirinhos podem tirar proveito das águas e dos depósitos anuais de sedimento fértil que os rios proporcionam.

Alguns comunitários, tanto da Ilha Paraná de Parintins, como de área de terra-firme, onde o GRANAV atua, têm conseguido vender o excedente da produção para a Prefeitura Municipal de Juruti, no estado do Pará, por meio do programa que obriga os municípios a comprarem no mínimo 30% dos produtos para a merenda escolar direto do produtor familiar.

Em Parintins, até a conclusão deste estudo, os produtores ainda não tinham conseguido que a Prefeitura Municipal de Parintins cumprisse essa regra. O que existe em Parintins, é uma cooperativa que funciona como atravessadora, comprando a um preço do produtor. Preço, por sinal, muito baixo, e repassando para a prefeitura com preço mais alto. Os produtores que fazem parte desta “dita cooperativa” são apenas credenciados para vender os produtos, mas não são associados. Os “donos” da cooperativa são quem a administram e lucram individualmente. A alternativa dos produtores que não aceitam vender para “essa cooperativa”

é vender para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com preço justo, sem obrigação de obedecerem a um cronograma de entrega. Conforme produzem, entregam à CONAB.

Outra fonte de renda que vem crescendo, principalmente nas comunidades ribeirinhas, é a produção de mel de abelha, com apoio e acompanhamento do GRANAV, assim como do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). “A abelha é um projeto bom do GRANAV [...] nessa área aqui quase a maioria tem, tudinho tem colmeia, [...] estão querendo muito mais [...]” (ENTREVISTADO 8, 2016).

A orientação técnica, respeitando o conhecimento tradicional do povo amazônida, tem muito a contribuir para melhorar a produção não só do mel, mas em todas as atividades produtivas. Mesmo na área de várzea e terra-firme a assistência técnica é indispensável para os produtores. “A criação de abelha, foi um dos trabalhos que deu certo, teve também a atividade de hortaliça [...], mas uma das atividades que até hoje tá dando certo é a criação de abelha” (ENTREVISTADO 7, 2016).

O mel tem sido um complemento de renda para essas famílias, mas precisam ser melhorados os ambientes de criação das abelhas. O espaço de produção ainda não atende o padrão exigido pelos órgãos de fiscalização e certificação da produção de mel para a comercialização no mercado externo, mesmo assim tem atendido o mercado local. Esse ambiente melhorado de acordo com as normas poderá certificar a produção e a comercialização. Hoje, já são 22 produtores de abelha, totalizando 400 colmeias.

Certificando essa produção, outro passo é entrar no mercado interno e externo do produto para a venda desse mel, que é uma atividade econômica viável. Além disso, ela conserva e protege o meio ambiente e pode trazer progresso social para as famílias. A produção do mel é uma atividade que tem envolvido toda a família no trato e cuidado com as colmeias, pois o produtor é obrigado a manter a floresta em pé. Ele sabe que quanto maior for a florada, maior será a produção de mel.

Alguns criadores, apesar de possuírem técnica e cursos de boas práticas não conseguiram construir uma casa meliponária com condições mínimas para a produção, criam na varanda da casa. Essa foi a alternativa que alguns produtores encontraram até conseguirem construir um

meliponário. A coleta do mel é feita por meio de uma máquina de sucção doada pelo GRANAV, adquirida com apoio financeiro da NORDESTA¹⁰.

Os meliponicultores, tanto na Ilha do Paraná de Parintins e espalhado por outras comunidades, como na área da Valéria, fazem uso do ecossistema como fonte para a produção de mel, pois a variedade de espécies nativas é uma alternativa econômica para os que vivem em seu entorno, sem precisar destruí-lo. Esse convívio respeitoso e culturalmente harmonioso indica caminhos para uma nova sustentabilidade, que faz uso da natureza como fonte de existência dos povos amazônidas e de seus descendentes nesse território.

O ecossistema e a própria biodiversidade representam uma potencialidade produtiva, mesmo apresentando alguns limites, podem ser uma alternativa viável para o desenvolvimento da Amazônia com sustentabilidade (CHAVES; COELHO, 2014).

Os ecólogos sabem muito bem que a ecologia é produtiva, que os ecossistemas produzem biomassa, que registram uma produtividade primária decorrente do processo de fotossintético, mais ainda, todas as sociedades tradicionais geram uma economia produtiva a partir da produtividade da natureza. Embora não possamos voltar às teorias fisiocráticas que antecederam a economia clássica e às práticas tradicionais dos povos originários, é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura. A transição para a sustentabilidade implica a paulatina desconstrução da economia antiecológica e entropizante predominante – que não tem conserto nem saída dentro de sua racionalidade de curto prazo – e a construção de uma economia *neguentrópica*. (LEFF, 2010, p. 29).

A produção de mel pelos ribeirinhos da Ilha do Paraná de Parintins é um desses exemplos de potencialidade para gerar renda nesse território, mas precisa de tecnologia apropriada, financiamento, assistência técnica, capacitação dos produtores, pesquisas para melhorar a produção, regularização dos meliponicultores para comercializar o mel e patentear a marca do mel produzido por eles. O mel é apenas uma das atividades promissoras na Ilha Paraná de Parintins, onde vivem 56 famílias distribuídas em duas comunidades: Menino de Deus Paraná de Parintins do Meio e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Paraná de Parintins de Cima.

Aproximadamente 40% dessas famílias já produzem mel de abelha a poucos metros da residência e comercializam para familiares, amigos e conhecidos que vivem na cidade de Parintins e em Manaus, capital do estado do Amazonas.

¹⁰A Associação NORDESTA Reflorestamento & Educação foi fundada em 15 de maio de 1985, em Genebra, com o objetivo de preservar as florestas tropicais e melhorar as condições de vida das populações rurais. Ela realiza mais de 50 projetos em todo o Brasil. Disponível em: http://www.nordesta.org/pt_BR.

Há um potencial imenso para a produção, beneficiamento, comercialização e consumo de produtos oriundos da biodiversidade. A riqueza presente nesta realidade envolve desafios de grande monta impostos por fatores que ao mesmo tempo representam potencialidades e limites e que variam em função de: carência de tecnologias, complexidade de logística de escoamento da produção e para obtenção de insumos; limitada capacitação dos produtores; falta de crédito e assistência técnica aos produtores; carência de pesquisa e desenvolvimento; e, ainda, restrição dos marcos regulatórios coerentes com as necessidades e realidade vigente na região. (CHAVES; COELHO, 2014, p. 53).

Outra forma encontrada por esses povos para continuarem existindo na Amazônia brasileira vem sendo a criação de pequenos animais e agricultura familiar que complementam a renda das famílias nas comunidades que o GRANAV atua, principalmente das Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Menino de Deus no Paraná de Parintins, lócus da pesquisa.

Os desafios de viver, conviver e existir nas áreas de várzea nas Amazônias são muitos, mas isso, apesar de desanimar alguns, não tem sido motivo para deixarem seus territórios, pois são conscientes de que a vida em comunidade e na coletividade proporciona bem viver a todos, enquanto que na cidade, esses conviveres estão se perdendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas organizativas, educacionais e socioambientais desenvolvidas pelo GRANAV foram responsáveis por: a) suscitar um amplo processo de sensibilização que extrapolou os limites das comunidades envolvidas; b) possibilitar o fortalecimento de lutas por políticas públicas na área da saúde, educação, habitação, saneamento, cultura, meio ambiente, regularização fundiária, agricultura familiar; c) possibilitar a organização de coletivos em defesa da natureza viva; e) identificar vivências comunitárias e familiares dos povos amazônidas como processo promissor na construção de uma nova sustentabilidade própria da Amazônia.

Essas práticas reconhecem e valorizam os saberes e os modos de vida do povo ribeirinho Amazônida e criam alternativas de resistência e existência no território, conservando seus bons conviveres com os outros e com a natureza viva, significando a esse povo uma vida digna e um bem viver, segundo os seus princípios de solidariedade, fraternidade e comunhão, aliando experiências de manejo coletivo e a criatividade desse povo amazônida, que aprendeu a se adequar às sazonalidades existentes nas Amazônias e a produzir alimento para a

existência do seu próprio povo, por meio de uma agricultura familiar de cultivo de culturas de curta duração por causa das enchentes de seis em seis meses, de criação de abelhas, do cultivo de hortaliças e outras produções que não depredam a natureza.

A educação é o caminho promissor para os povos que vivem na Amazônia brasileira, pois oportuniza a crianças, jovens e adultos a terem contato com o conhecimento sistematizado, tornando-os capazes de sistematizar os seus etnoconhecimentos em favor desse povo, como fazem os poucos jovens do GRANAV que conseguiram formação acadêmica e retornaram às suas comunidades e estão construindo novos saberes por meio da relação desse saber acadêmico, técnico, com os saberes historicamente construídos nas comunidades.

O estudo dá visibilidade às práticas vividas por comunidades ribeirinhas nas Amazônias que têm garantido a existência no território. O estudo, também, permitiu perceber que o modo de vida dos(as) ribeirinhos(as), herdados dos povos indígenas, constantemente vem sendo ameaçado pelos modos de vida capitalista, que nega e oculta os saberes tradicionais. No caso das comunidades ribeirinhas da Ilha Paraná de Parintins, as políticas públicas reivindicadas pelo GRANAV trouxeram benefícios importantes para garantir a permanência dos(as) ribeirinhos(as) no seu território.

Não há dúvidas de que as práticas organizativas, educacionais e socioambientais promovidas ao longo de mais de três décadas pelo GRANAV junto às comunidades ribeirinhas as têm guiados em direção à sustentabilidade socioambiental e garantido a existência desse povo em seu território conservando o seu modo de vida e seus bons conviveres com os seus semelhantes e com a natureza.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E.; LINS, F.; ALBUQUERQUE, F. **O homem em sintonia com a Natureza**. Parintins: IBAMA, 2004. (Coleção Retrato Regional).

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAVES, M. do P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para a gestão comunitária de tecnologias apropriadas na amazônia**: um estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. 207 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

CHAVES, do P. S. R.; COELHO, M. do P. S. L. V. Desenvolvimento com sustentabilidade: uma experiência de inovação social na Amazônia. *In*: CHAVES, M. do P. S. R.; SANTIAGO, J. L. **Inovação, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: EDUA/FUA, 2014. p. 309.

DUTRA, M. V. F. **Análise da efetividade de dissiminação de resultados e lições aprendidas das iniciativas promissoras**: ProVázea/IBAMA. Parintins: IBAMA, 2005.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUTZENBERGER, J. **Crítica ecológica do pensamento econômico**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MAYBURY-LEWIS, D. Terra e água, identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio solimões. *In*: FURTADO, L. G. **Amazônia**: desenvolvimento, sóciodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

OLIVEIRA, I. A. **Cartografia ribeirinha**: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém-PA: CCSE-UFPA, 2003 (Coleção Saberes Amazônicos; 1).

REIS, M. F. de C. Pesquisa em educação ambiental na universidade: produção de conhecimentos e ação educativa *In*: TALAMONI, J. L. B.; SAMPAIO, A. C. **Educação ambiental**: da prática pedagógica à cidadania. São Paulo: Escrituras, 2003. (Educação para a Ciência; 4).

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SPÍNOLA, H. B. **O ribeirinho**: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas. 1997. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

TOLEDO, V. M.; BARRETO-BASSOLS, N. **Memória bicultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. Tradução de Rosa L. Peralta. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Submetido em 12 de fevereiro de 2019.

Aprovado em 3 de maio de 2019.